



## Ata da 132ª Reunião do Conselho Municipal de Políticas Culturais

### Teatro Municipal - 19 de março

Em dezanove de março de dois mil e vinte e cinco, com uma prorrogação do prazo regimental em virtude da forte chuva que ocorreu antes do início da reunião, às **18h47** (dezoito horas e quarenta e sete minutos), foi iniciada a **132ª** Reunião do Conselho Municipal de Políticas Culturais (**CMPC**), **reunião extraordinária solicitada por 1/3 dos Conselheiros como previsto no artigo 10 da Lei 4.511**, com a seguinte pauta única: **Recomposição dos valores da PNAB para a conta da prefeitura**. A reunião foi realizada de forma híbrida, presencial e online, para viabilizar a participação de dois representantes do **MinC** e também de um conselheiro que se acidentou no dia e não pode comparecer presencialmente. Presentes presencialmente na reunião os seguintes conselheiros e suplentes do Poder Público: Wanderley Peres Jacinto, (Titular - Secretário de Cultura), que teve que se ausentar antes do início, por um problema de saúde, Arnaldo da Silva Almeida (Suplente - Subsecretário de Cultura), Cláudio Rogério da Silva Dutra (Titular - Secretaria de Educação), Dandara Rosa Soares (Titular - Secretaria de Finanças e Orçamento), Victoria Goncalves do Canto (Titular - Secretaria de Meio Ambiente), Marcos Vinícius Habib Moreira (suplente - Secretaria de Educação), e os seguintes conselheiros e suplentes da Sociedade Civil: Verônica Almeida dos Anjos (Titular - Fórum Municipal de Cultura de Teresópolis) Alessandra Rodrigues dos Santos (Titular - Linguagens Artísticas), Sayonara Zeitune (Titular - Linguagens Artísticas), Ruy Gomes de Assunção Neto (Titular - Transversalidades), Luis Filipe Fortuna (Titular - Instituições Culturais - Ponto de Luz), Alexandra Louise Ingber (Suplente - Instituições Culturais - Estação Holiday), Edenise da Silva Antas (Suplente - Instituições Culturais - Feso Proarte), Carlos Henrique Durce da Cruz (Suplente - Patrimônio Histórico). Presentes remotamente, via plataforma Zoom: Alexandre Costa (Titular - Instituições Culturais - Quilombo da Serra), Fábio Riani Perinotto (Diretoria Assistência Técnica - Coordenador de Capacitação e Articulação (MinC) e Daniel Samam (Coordenador geral do Conselho Nacional Política Cultural (MinC). A reunião foi aberta pelo Subsecretário Arnaldo Almeida, que informou que foi nomeado pelo Presidente do Conselho, Wanderley Peres para ser o secretário do **CMPC** no biênio 2025/2027, em seguida repassou a condução para a Vice-presidente do Conselho, Alessandra Rodrigues dos Santos. O Fábio Riani Perinotto, doravante denominado apenas Fábio, falou sobre as funções exercidas por ele e pelo Daniel Samam e o papel do **MinC** de sempre apoiar aos municípios na implementação dos sistemas de fomento à cultura. Também mencionou que o **MinC** fez uma consulta jurídica (via **CONJUR** - Consultoria Jurídica ligada à Advocacia Geral da União), visando encontrar uma solução inclusiva (que atenda aos artistas locais) e ao mesmo tempo legal, para o caso específico de Teresópolis. Salientou que ainda não há conclusão emitida pela **CONJUR** acerca da citada consulta. Em seguida, o conselheiro Filipe Fortuna leu um texto contextualizando a situação da verba ligada à PNAB, seu sequestro, impactos negativos da verba não ser utilizada e sugestões de ações para a prefeitura. Fábio solicitou ao final da leitura que o citado arquivo fosse enviado para a Diretoria de Assistência Técnica para Estados, Distrito Federal, Municípios (dast@cultura.gov.br) com cópia para o e-mail da PNAB (pnab@cultura.gov.br) e do Fábio (fabio.perinotto@cultura.gov.br). Fábio comentou sobre a questão dos prazos de prestação de contas por parte dos municípios que não mudou com o novo decreto. Quando indagado sobre a possibilidade de a própria Prefeitura Municipal de Teresópolis (**PMT**) recompor a verba da PNAB com recursos próprios, Fábio levantou uma preocupação possível quanto à duplicidade de recursos para a citada recomposição, uma vez que já existe judicialização feita pela **PMT** no sentido de se reaver a verba indevidamente sequestrada pelo judiciário (para pagamento de precatórios da **PMT**), que a verba é carimbada para uso exclusivo na PNAB, podendo haver assim uma duplicidade de verbas (uma, de próprios recursos da **PMT**; e outra, caso a verba outrora sequestrada seja devolvida). Ressaltando também que essa última verba não poderia ter outro uso que não o



ligado à PNAB. Arnaldo Almeida mencionou que foi feita uma consulta ao processo movido pela **PMT** para o reaver os recursos indevidamente sequestrados e que ele se encontra com o juiz para decisão. Fábio respondeu a perguntas previamente encaminhadas por membros do **CMPC** da Sociedade Civil, ressaltando a todo momento que enquanto não houvesse resposta da **CONJUR**, tudo o que fosse ali respondido seria cercado por uma relativa insegurança jurídica. Tais respostas pontuaram que quem presta contas é o município e os prazos não mudaram com o novo decreto. O que mudou foi o percentual mínimo para a prestação de contas da verba da PNAB que passou a ser de 60%. Que os Editais anulados passam a ser editais não existentes; Portanto, no presente momento, pelos procedimentos, anteriormente, adotados pela **PMT**, não existem editais referentes à PNAB em curso; Com os Editais anulados, significa que não há mais propostas ou proponentes ligados a este edital. Uma saída possível seria o lançamento de um novo edital. Em seguida foram feitas 02 (duas) propostas para consideração e votação por parte dos conselheiros: 1) Encaminhamento de ofício do Conselho Municipal de Políticas Culturais solicitando a recomposição da verba da PNAB pela **PMT**, no menor prazo possível, sendo esta ação vinculada à consulta ao jurídico do MinC sobre a viabilidade desta recomposição com recursos próprios, a fim de evitar a duplicidade de recursos da PNAB na conta da Prefeitura, caso a ação em curso pela recuperação da verba sequestrada determine a recomposição dos recursos. A proposta foi votada e aprovada com 08 (oito) votos a favor e 04 (quatro) abstenções. 2) Agendar uma reunião com o Prefeito com a presença de um representante da Procuradoria Geral para esclarecer os casos específicos que ensejaram o cancelamento dos editais. A proposta foi votada e aprovada com 10 (dez) votos a favor e 02 (duas) abstenções. O Vereador Diego Barbosa solicitou a palavra e disse que precisa haver respeito aos produtores culturais e também mais diálogo e transparência. A Conselheira Verônica ressaltou que o apoio do legislativo é importante. O Juan Carlos (assessor do Vereador Diego) relatou que vem acompanhando todo o histórico através do vereador e dos artistas. O Victor ressaltou a necessidade de diálogo entre a **Alerj**, **MinC** e Secretaria de Cultura. Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi encerrada às 20h16 (vinte horas e dezesseis minutos).